

INCLUSÃO ESCOLAR UMA POSSIBILIDADE OU UMA UTOPIA? ¹

Eliete Antonia da Silva *

Universidade Federal de Uberlândia

elieteantonia@yahoo.com.br

Ilze Arduini de Araújo Oliveira **

Universidade Federal de Uberlândia

ilzearduini@yahoo.com.br

Resumo: Pretendemos com este trabalho abordar algumas reflexões que foram desenvolvidas no decorrer das pesquisas para as monografias, bem como, as experiências obtidas em sala de aula, sendo um dos objetivos refletir sobre as condições de inclusão social a partir, e dentro da sala de aula. Outra preocupação aqui presente diz respeito às representações sociais, presentes na sociedade brasileira, ou melhor, no imaginário social, das variadas formas de exclusão construídas e representadas através de estigmas e estereótipos. Uma tentativa de explicitar os muitos obstáculos enfrentados pelas pessoas excluídas socialmente requer que se leve em consideração à dimensão cultural, sobretudo no que diz respeito às imagens preconceituosas, estereotipadas, assimiladas no decorrer do processo histórico por grande parte da população brasileira. Valores impregnados, muitas vezes inconscientemente, nos indivíduos, que alimentam preconceitos e discriminação, tendo, como consequência, a exclusão social de diversas pessoas.

¹ Este trabalho originou-se das pesquisas realizadas para a produção da monografia, de autoria de SILVA, E.A.: “DOS LIMITES DA LEI AOS PRECONCEITOS: os portadores de deficiência e o difícil caminho da inclusão social no Brasil”, como requisito parcial para conclusão do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof.º Drº Antonio de Almeida, e também das pesquisas para a monografia que se encontra em andamento de OLIVEIRA, I. A.A.

* Graduada e mestranda (aluna especial) em História, pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa Política e Imaginário Social, e professora de História da rede estadual de ensino.

** Graduada em História na Universidade Federal de Uberlândia.

Falar sobre inclusão é falar, sobretudo do interesse em realizar, por meio de políticas públicas, uma melhor estruturação na rede de ensino público e privado, que possibilite uma qualidade de vida social e cultural de todos os cidadãos, pois é principalmente na escola que se forma o cidadão de amanhã. E isso instiga a levantar o seguinte questionamento: inclusão social, uma possibilidade ou uma utopia?

Palavras-Chave: políticas públicas, práticas sociais, educação.

Abstract: We want to work with this address some ideas that were developed during the search for monographs, and experience from the classroom, one of the goals reflect on the conditions of social inclusion from, and within the classroom. Another concern here relates to social representations, present in Brazilian society, or rather in the social imaginary, of various forms of exclusion built and represented by stigmas and stereotypes. An attempt to explain the many obstacles faced by socially excluded people requires that it takes into consideration the cultural, especially with regard to the images prejudiced, stereotypical, assimilated during the historical process by much of the Brazilian population. Values impregnated, often unconsciously, in individuals, which fuel prejudice and discrimination, and, as such, the social exclusion of many people.

Talking is talking about inclusion, especially of interest in conducting, through public policies, better structuring the network of public and private education, which allows a quality of social and cultural life of all citizens, mainly because it is in school that is as the citizen of tomorrow. And that calls to raise the following question: social inclusion, a possibility or a utopia?

Keywords: public policies, social practices, education.

Este artigo é proveniente de estudos e resultados de pesquisas ainda em andamento, aborda temática na área da Educação, visa refletir sobre os preconceitos, estereótipos e Bullying que ocorrem cotidianamente dentro das escola. Partindo desse referencial como foco, para levantar questionamentos e inquietar os profissionais da educação, assim como outros que venha se interessar pela temática. Pois é neste espaço que estão sendo construídos os cidadãos de amanhã, estes que precisam ser orientados a

conviver com as diferenças, respeitando os outros que estão ao seu lado, para construir uma sociedade digna e democrática.

Por inclusão social, na área de educação pode ser considerado todos os procedimentos que enfatiza a necessidade primeiramente de alcançarmos uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça a necessidade do respeito à diferença, o conhecimento, e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações das pessoas. Portanto, falar sobre inclusão é falar do interesse em realizar, por meio de políticas públicas, uma melhor infra-estrutura que possibilite qualidade de vida social e cultural do cidadão, algo muito pouco praticado no Brasil. Sobre isso, cabe ressaltar que, aos poucos, no país, algumas dessas instituições, embora em número bastante reduzido, começam a apresentar novas metodologias educacionais, visando se adaptar as realidades diferentes de seus educandos, bem como capacitando seus profissionais. Isso tem contribuído de maneira significativa, e possibilitando um melhor aprendizado e socialização entre os educandos.

A responsabilidade de mudar esse quadro de segregação que persiste, está na construção de um contexto Sócio-Político-Econômico que respeite a diversidade que o constitui. Entretanto, a obrigação de assegurar os direitos humanos e benefícios sociais extensivos a todos, recai, primeiramente, sobre o poder público que é responsável pela criação e aprovação das políticas específicas, tanto na esfera Municipal, quanto na Estadual e Federal. Cabe questionar é até que ponto existe uma preocupação em realmente enfrentar o problema em toda a sua complexidade?

A imagem de que existem alunos incapazes de adquirir conhecimentos, portanto de aprender, é muito comum na sociedade brasileira. Difundiu-se o estereótipo de que essas pessoas são destituídas de intelecto capaz de lhes oferecer as condições para desenvolver suas habilidades cognitivas. Nesse sentido, as escolas se inserem no espaço público e na vida das pessoas, com participação decisiva para a sua formação e para a sua condição de cidadãos políticos e sociais. Cabe, portanto, a escola a difícil tarefa de prepará-los para inserção nessa sociedade tão complexa e excludente, incapaz de lidar com as diferenças. A Educação voltada para essa perspectiva é tema de antiga discussão. Ocorre que, mesmo estando em debate há tanto tempo no país, a educação brasileira continua deixando a desejar, se revelando ineficiente para o atendimento da maioria da sua “clientela” – utilizando-se do clichê capitalista. Como consequência, temos inúmeras repetência e evasão escolar, e pior ainda, a formação de alunos semi-

analfabetos, ou, utilizando-se de uma terminologia mais recente, formando os analfabetos funcionais. A baixa qualidade do ensino brasileiro é promovida em partes, pelo descaso, ausência de investimento e a falta de empenho dos governantes de nosso país, e os resultados estão à mostra: o sucateamento das instituições escolares, desde as municipais, estaduais até as federais e, também, a desvalorização dos profissionais da educação. Como desabafa uma profissional da área,

[...] Nós, professores, não agüentamos mais sermos considerados os culpados pela falência do ensino público, pois as condições de trabalho são péssimas. Somos obrigados a elaborar projetos, criados por pessoas que estão fora das salas de aulas há tempo ou por pessoas que nunca tiveram dentro dela a não ser como alunos.²

As políticas educacionais não estabelecem uma remuneração decrescente para os professores, que são obrigados a trabalhar dois e até três turnos, para conseguirem manter sua sobrevivência, e a de sua família. Esses profissionais se sobrecarregam não só fisicamente como também psicologicamente, acarretando um prejuízo a eles e aos seus alunos. Os professores se prejudicam por não terem um momento de descanso, de “(re)qualificação”, um momento para preparem melhor suas aulas, para buscar outros materiais, e desse modo, não se prenderem somente aos livros didáticos, que sabemos, são limitados. De outro lado estão os alunos, que são prejudicados exatamente por ter um professor frequentemente exausto e desanimado com a profissão, que está sempre ministrando as mesmas aulas, fundamentadas nos livros didáticos. Mas isso não é tudo, tanto os professores quanto os alunos enfrentam uma escola e uma sala de aula sucateada, uma estrutura em péssimas condições de uso, com janelas quebradas, instalações elétricas danificadas, cadeiras destruídas e em quantidade insuficiente.

E neste contexto educacional o Estado Federal quer fazer a inclusão social das pessoas deficientes, deixando de financiar as escolas especializadas no atendimento de um público diferenciado para financiar as instituições filantrópicas. O que se nota, então, é a transferência do aluno deficiente para escolas públicas comuns. Evidentemente, esse processo acontece sem o aumento de verbas destinadas a essas escolas públicas, sem a liberação de recursos para a contratação de funcionários, e sem

² DIAS, Marília Braga. Educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 2007. Carta do leitor publicada em: Opinião A3, Painel do Leitor.

o oferecimento de uma estrutura arquitetônica necessária para estes alunos portadores de deficiências, bem como, ausência de preparo dos profissionais antecipadamente para estarem recebendo esses novos alunos.

Ferreira chama a atenção para essa problemática:

As instituições e organizações privadas de caráter mais assistencial e filantrópico têm detido, na história brasileira, a maior parte das instalações, dos alunos e dos recursos financeiros ligados à educação especial, além de possuir grande influência na definição das políticas educacionais públicas na área. Não são escolas, no sentido estrito, nem como tal têm sido avaliadas: são, por assim dizer, instituições totais, de atendimento múltiplo, nas quais a instrução escolar é um dos vários componentes. Para a população que combina as condições da pobreza e da deficiência, a instituição tende a assumir, de modo precário, um conjunto de demandas de assistência, saúde e, inclusive, formação.³

Quando o Estado, objetivando reduzir seus gastos, transfere os alunos deficientes para as escolas comuns, esses alunos, ao contrário do que acontece com os gestores públicos, tiveram perdas, pois além de suas limitações físicas ou mentais, têm agora de enfrentar as limitações dos profissionais da educação, que não foram preparados para lidar com essa nova “clientela”:

“[...] É comprovado que, quando o professor é trabalhado e recebe apoio para lidar com suas dificuldades, a criança com deficiência é mais bem acolhida, e o professor se dá conta de que não é tão difícil lecionar para ela, [...]”

“[...] No curso, diziam que a forma de tratamento a ser dispensada para o aluno deveria ser a mesma dada às demais crianças. Na prática, isso não funcionava. O aluno apresentava outras exigências e tivemos de aprender, na prática diária, uma forma de lidar com isso, incentivando seus talentos e negociando as tarefas que o restante da classe fazia”, [...]⁴

³ FERREIRA, Júlio Romero. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. Revista Brasileira de Educação Especial. Cad. CEDES, vol.19, n.46, pp. 7-15, Campinas Set. 1998. ISSN0101-3262. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 30 Abril 2007, p. 13.

⁴ MENA, Fernanda. Inclusão exige capacitar professores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de abr. de 2004. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao>>. Acesso em: 20 de fev. de 2007.

Existe um distanciamento muito grande entre o que deveria ser e/ou funcionar e o que realmente acontece. Percebemos, na prática, uma inadequação das estruturas escolares e despreparo dos profissionais da educação, que muitas das vezes não sabem ao menos como se comportarem:

[...] Além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braille e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola⁵.

E ainda,

[...] Se por um lado o acesso às escolas cresce a cada ano, por outro ainda são precárias as instalações físicas, a oferta de material didático-pedagógico e a capacitação de professores para o atendimento dessas crianças. "Soubemos de um caso de uma criança com síndrome de Down que fica perambulando durante o período de aula pelos corredores da escola. Quem acaba tomando conta dela é a copeira", afirma Edigilson Tavares, coordenador do Instituto Apae, que oferece cursos de capacitação a professores do ensino regular.

"O país é riquíssimo em leis que protegem as crianças com necessidades especiais. Mas falta sensibilidade para alguns gestores da educação. Ainda há medo e preconceito", diz. Outro problema é a falta de apoio terapêutico. Muitas das crianças que freqüentam as escolas regulares não conseguem fazer as terapias necessárias (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psiquiatria, entre outras) por falta de acesso a locais especializados. [...]"⁶

Contudo questionamos: qual qualidade que está sendo oferecida a esses alunos deficientes? Pois, não resolve o problema matriculando e inserindo o aluno deficiente nas escolas públicas, isso não é inclusão escolar, para acontecer inclusão escolar é

⁵ MANTOAN, Marúá Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**, n. 182, p. 24-26, maio 2005. Entrevista concedida a Meire Cavalcante.

⁶ COLLUCCI, Claudia. Cresce a inclusão escolar de deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de fev. de 2004. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao>>. Acesso em: 20 de fev. de 2007.

necessário que as escolas públicas (arquitetura) e todos os profissionais da educação, não só os professores, estejam preparados para recebê-los. Matricular alunos deficientes sem as devidas condições é no máximo uma atitude integracionista, o que não deixa de ter seu ponto positivo, por abrir caminhos que levará a inclusão.

O tema das necessidades especiais, ou mesmo das diferenças, continua sendo pouco presente nos cursos de formação de professores e outros profissionais, apesar de ter indicação e aconselhamentos legais que visam diminuir esse hiato. Porém, não é tão fácil capacitar os professores dos ensinos regulares, para incluir educandos que, se quer, na maioria das vezes, fazem parte do quadro de alunos da escola onde esses profissionais atuam.

Entretanto, constatamos uma diferenciação de alunos deficientes inseridos nas escolas. Percebemos que apesar da lei se referir aos diferentes tipos de deficiências, o que encontramos são alunos com deficiências físicas, talvez seja por questões metodológicas, ou por despreparo dos profissionais bem como da comunidade escolar em lidar com outros tipos de deficiências, como por exemplo, a mental. Quem sabe seja essa uma das explicações para a melhor escolaridade dos deficientes físicos em relação aos demais deficientes; esses estão com distanciamento muito acentuado, não só no que diz respeito à escolaridade como também na aceitabilidade perante a sociedade. Os deficientes visuais e auditivos, por exemplo, ainda encontram resistências para serem aceitos nas escolas regulares. Um dos motivos para que isso ocorra é falta de desqualificação ou de interesse dos profissionais, como também dos governantes, que deveriam proporcionar educação extra-sala de aula, como está proposto na lei. Estes alunos com deficiências visuais e auditivas devem ter educação diferenciada concomitantemente, que envolva a utilização do método Braille, a Língua de sinais (Libras) e leitura labial, conforme as necessidades. Eles devem ser preparados para estarem em uma sala de aula regular para que sejam capazes de se comunicarem, não só com os professores, mas também com os demais alunos. Este preparo deve ser contínuo e extra turno, para não prejudicar o aprendizado deles durante as aulas regulares, para que eles possam acompanhar a turma regular em que estão inseridos. Somente a sala de aula regular não oferece todas essas condições necessárias, por isso, o aluno deficiente deve frequentar a sala de aula regular e outra especial simultaneamente, as aulas extra turno, na própria escola regular ou não, para que uma possa auxiliar a outra.

Na prática, o que ocorre é que os alunos que possuem uma deficiência nomeada como “mental”, quando estão inseridos em salas regulares - e isso é raríssimo - são

avaliados pelos professores, com o mesmo método aplicado para aos alunos ditos “normais”, aumentando, com isso, a permanência em cada série desses alunos, mais que o necessário, levando-os ao desestímulo e, conseqüentemente, à evasão. Não podemos esquecer que é função da escola e dos professores evitar a padronização dos alunos, respeitando as peculiaridades de cada aluno, independentemente se esse aluno possui deficiência ou não. Ou seja, deve ser considerado que cada aluno possui uma maneira distinta para aprender, uma particularidade que tem que ser respeitada pelo professor.

Todos esses problemas dão provas de que não está havendo uma inclusão escolar/social, mas, no máximo uma integração. A integração é entendida como, por exemplo, a inserção do deficiente, na forma mais completa e adequada possível dentro das instituições sociais tais como estão organizadas, ou seja, é o deficiente que deve se adaptar ao meio ao qual está sendo inserido. Enquanto que a inclusão, como tentativa de garantir as mesmas oportunidades de desenvolvimento a todos os indivíduos, a partir de suas necessidades pessoais, requer que o ambiente se adapte as necessidades do deficiente. A integração é o posicionamento aderido, tanto nos discursos das políticas de atendimento no país, quanto nos projetos das escolas e instituições especializadas.

Nesse sentido, a trajetória escolar é um longo caminho que deve ser percorrido buscando a conscientização dos alunos da diversidade humana, tais distinções apenas diferenças fenóticas e étnicas, não mais que isso. Pois muitas vezes, as pessoas são rejeitadas, achincalhadas, estereotipadas por possuir um tipo fenótipo ou étnico diferente da maioria, efeito em grande parte do Bullying, outro grande problema escolar, que são todas as formas de atitudes agressivas intencionais e repetitivas que ridicularizam os, como comentários maliciosos, apelidos ou gracinhas que caracterizam alguém, causando-o dor e angústia. O Bullying é um problema mundial, e é encontrado em qualquer escola, não restringindo um tipo específico de instituição. Geralmente os pais e a escola não dão muita atenção para o fato, que comumente acham as ofensas tolas demais para terem maiores conseqüências. E com isso as pessoas são prejudicadas, sofrem as conseqüências dos comportamentos de outros, e, normalmente, são pouco sociáveis, com baixa auto-estima, que se agrava por intromissão críticas ou pela indiferença dos adultos sobre seu sofrimento. Alguns crêem ser merecedores do que lhes é imposto. A grande maioria desses alunos convive com esse tipo de violência e se calam em razão do medo de sofrerem algum tipo de retaliação. Tudo isso pode influenciar negativamente sobre sua capacidade de progredir acadêmica e socialmente.

Se não houver intervenções concretas contra o Bullying, o espaço escolar torna-se completamente contaminado. Mas se a escola tomar medidas para o controle do Bullying, quando bem aplicadas e abarcar toda a sociedade escolar, contribuirão positivamente para a formação de uma cultura de não violência na sociedade em geral. Assim, o Bullying é uma barreira um empecilho para a inclusão escolar e social.

Contudo, é importante ressaltar questões que exigem outros determinantes, como a função social da escola pública, a diferença entre exclusão e evasão e, principalmente, a concepção da sociedade referente ao diferente

[...] A escola traz consigo toda uma bagagem de cultura e de saberes que atendiam às necessidades de uma determinada época e clientela. Se antes o excepcional era eliminado da sociedade, hoje ele tem seu direito adquirido por uma lei, a qual o coloca como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Para isso, há de (re)pensar com muita cautela sobre a estrutura escolar, nossa avaliação, nossa interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno⁷.

Entretanto, o que nos é visível é aumento da exclusão social e educacional, ao encontrar uma incapacidade de adaptação levando a uma evasão. Como podemos pensar em educação inclusiva com esse sistema de educação precário, como o que estamos presenciando em nosso país? Muitos alunos com deficiência abandonam as escolas pela falta de estrutura e qualificação profissional, ou permanecem sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência. Uma possível explicação para as dificuldades de inclusão desses indivíduos no sistema escolar, talvez seja a falta de apoio pedagógico próprio para lidar com alunos deficientes, ou, talvez, ainda consigamos explicar através das imagens preconceituosas, dos estigmas e estereótipos, que foram construídos no imaginário social e apropriadas e representadas, através das práticas sociais. Essas representações fazem parte da cultura das sociedades e se encontram enraizadas, dificultando ainda mais a inclusão social, principalmente daquele que é diferente.

⁷ PRADO, Ana Maria C. C. do e MAROSTEGA, Vera Lucia. **A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar**. Revista do Centro de Educação Especial, Santa Maria RS, cadernos, vol. 1, n. 17, 2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

No ponto de vista de Bourdieu, as práticas, as atitudes de uma sociedade são definidas de forma consciente ou inconscientemente, e tais situações podem permanecer em estado implícito. É possível a convivência entre as diferenças, e por meio dessa convivência, poder construir uma inclusão real educando as novas gerações, ensinando-as a respeitar o outro. Como podemos constatar na reportagem de Meire Cavalcante da revista Nova Escola:

[Inclusão] é nossa capacidade de entendimento e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para as crianças que é discriminada, por qualquer motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

*A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação. [...]*⁸

Ao falarmos em inclusão escolar temos que destacar a importância dessa inclusão para desenvolvimento social, para desconstrução de um imaginário social, e a representação desse imaginário no inconsciente dos indivíduos. Assim, inclusão escolar permitiria trabalhar os novos indivíduos que iram ditar as regras e padrões da nova sociedade que estaria se formando, por meio da nova geração. Através da convivência com as diferenças as crianças vão construindo o processo para inclusão social, um mundo melhor, no qual todos saem ganhando, e com isso possibilitando falar em inclusão social real.

⁸ MANTOAN, Maruá Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**, n. 182, p. 24-26, maio 2005. Entrevista concedida a Meire Cavalcante.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença: Deficiência**. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 1994.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito Constitucional e a efetividade de suas normas, limites e possibilidades da Constituição brasileira**. Rio de Janeiro: renovar, 1993.

BOURDIEU, Pierre & PASSEREN, Jean Claude. **A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução: Reynaldo Barão. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. **Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, MEC. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: nova LDB (Lei nº 9.394/96). Disponível em <http://www.mec.gov.br/seb/pdf/LDB.pdf>. Acesso em: 1 set. 2005.

BRASIL. MEC.SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994. (Livro 1).

BRASIL. SEPLAN – Pr. CORDE. **Primeiro Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, 1987.

ELDER, Rosita. **Estudo da Estrutura e Funcionamento da Educação Especial nos Sistemas de Ensino de Educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos**. Org.: Michael Schroter, Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, Jorge, 1994.

FERREIRA, Júlio Romero. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. Revista Brasileira de Educação Especial. Cad. CEDES, vol.19, n.46, pp. 7-15, Campinas Set. 1998. ISSN0101-3262. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: 30 Abril 2007.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder; tradução Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1988.

MARQUES, Carlos Alberto. **Implicações políticas da institucionalização da deficiência**. In: **Educação & Sociedade**. ISSN 0101-7330 versão impressa. Educ. Soc. v. 19 n. 62 Campinas Abr. 1998. Acesso: 15/06/2007.

PRADO, Ana Maria C. C. do e MAROSTEGA, Vera Lucia. **A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar**. Revista do Centro de Educação Especial, Santa Maria RS, cadernos, vol. 1, n. 17, 2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

SILVA Idari A. **Construindo a cidadania**: Uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 110f. Dissertação (mestrado em história social)- departamento de história, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2002.